

# A submissão histórica da Educação Superior Brasileira à Política Governamental – ditadura colonial à ditadura republicana<sup>1</sup>- como justificador da “naturalidade” pela qual o Estado aceita a influência, “interferência” do Banco Mundial na Política de Ensino Superior.

Niura Silva Bettim<sup>2</sup>

**RESUMO:** Busca-se através de uma reflexão histórica do desenvolvimento da educação superior no Brasil, demonstrar e justificar a naturalidade pela qual o Estado submete a Universidade à influência externa do Banco Mundial às diretrizes educacionais do ensino superior. E mais, qual é realmente o papel do Banco Mundial, como agente de empréstimo e desenvolvimento a países em desenvolvimento, qual sua verdadeira missão, é a luta contra a pobreza.

**Palavras-chave:** desenvolvimento, ensino e Estado.

**ABSTRACT:** The aim is to obtain a deeper knowledge of the historical development of higher education in Brazil, demonstrate and justify the naturalness by which the State submits to the University to external influence from the

WB to educational guidelines of higher education. Plus, what's the role of the World Bank, as agent for the loan and development to developing countries, what their true mission is to fight poverty.

**Keywords:** development, education and government.

I. Reflexões Históricas da Política Educacional Brasileira até nossos dias.

A História da Educação Superior no Brasil inicia-se no período colonial, quando começam as primeiras relações entre Estado e Educação, por meio dos jesuítas que chegaram em 1549, chefiados pelo Padre Manoel da Nóbrega, foram implantados cursos superiores, mas voltados exclusivamente ao ensino de Filosofia e Teologia, pois Portugal impedia

o desenvolvimento do ensino superior em outras áreas nas suas colônias, temendo que os estudos pudessem contribuir para os movimentos de independência.

Observa-se que a educação no Brasil não teve o mesmo incentivo que nas demais colônias européias na América, como as espanholas. Enquanto que, na América Hispânica foram fundadas diversas universidades desde 1538 (Universidade de Santo Domingo) e 1551 (Universidade do México, Universidade de Lima), a primeira universidade brasileira só surgiu em 1920 (Universidade do Brasil, atual UFRJ)<sup>3</sup>.

Esta metodologia portuguesa funcionou durante 210 anos, de 1549 a 1759, quando uma ruptura marca a História da Educação Superior no Brasil. A expulsão dos jesuítas do país, pelo Marquês de

<sup>1</sup>O termo ditadura esta sendo empregado neste contexto como domínio, ou seja, a submissão da educação superior ao determinismo governamental em seus vários momentos históricos.

<sup>2</sup>Doutoranda em Educação pela UFG.; Mestre em Direito Público pela UFPA.; Pós-graduada em Ensino Superior pela UNAMA; Pós-graduada em Direito Público pela UNAMA; Pós-graduada em Direito Tributário pela UNAMA; Bacharel em Direito pela UNISINOS; professora na pós-graduação e graduação.

<sup>3</sup>FAVERO. Maria de Lourdes. Ob. cit. p. 27

Pombal.

Os jesuítas foram expulsos em função de radicais diferenças de objetivos com os dos interesses da Corte. Enquanto os jesuítas preocupavam-se com o proselitismo e o noviciado, Pombal pensava em reerguer Portugal da decadência que se encontrava diante de outras potências européias da época. A educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais emanados por Pombal. Se por um lado, as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal objetivava organizar a escola para servir aos interesses do Estado.

Com a chegada da Família Real no Brasil, a partir de 1808, o ensino superior passou a existir em instituições formais, inicialmente oferecendo cursos de Engenharia, Direito, Medicina e Belas Artes, gratuitos, financiados com o “Quinto da Coroa”, imposto cobrado sobre os produtos exportados do Reino e das colônias. Esse é um período de pouco desenvolvimento na educação superior, pois a expansão do ensino ocorre de maneira muito lenta, através do surgimento de cursos isolados em várias áreas. Na realidade não se conseguiu implantar um sistema educacional, mas, segundo alguns autores, o Brasil foi finalmente “descoberto” e a História da Educação no país passou a ter uma complexidade maior<sup>4</sup>.

Com a proclamação da República, as discussões sobre a Educação, especificamente sobre educação superior, surgem com mais força. Os deputados constituintes queriam criar universidades em Minas Gerais, Pernambuco,

Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. Planos, indicações e projetos sobre a necessidade de criação de instituições universitárias são apresentados, esbarrando em problemas de ordem financeira, tendo em vista que a maior parte da previsibilidade orçamentária da receita federal destinava-se ao pagamento de dívidas contraídas especificamente pelo Estado na administração.

A primeira instituição de ensino superior do Brasil que assumiu duradouramente o status de universidade foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, formada pelas faculdades federais de Medicina, Engenharia e Direito, a partir de autorização legal conferida pelo Presidente da República por meio do Congresso Nacional, e que serviu de modelo as que se seguiram. No entanto, sendo bastante débil, pois o Conselho Universitário, formado pelos diretores das faculdades e professores catedráticos era mais simbólico que efetivo, pois os recursos governamentais destinados, direcionavam-se ainda a cada faculdade, cujos diretores eram ainda escolhidos pelo Presidente da República.<sup>5</sup>

Com a revolução industrial, década de 30, tendo como consequência um pool na industrialização e urbanização, surge pela primeira vez no Brasil uma ação governamental planejada visando à organização nacional da educação.

Nesse período, ápice da era Vargas, cria-se o Ministério da Educação e Saúde (1930), o Conselho Federal de Educação, o ensino secundário e o comercial.

Com a promulgação do Decreto 19.851/1931, denominado pretensiosamente de Estatuto das Universidades Brasileiras, que foi o desdobramento no campo do ensino superior da centralização político-administrativa, iniciada com a criação do Ministério da Educação.

Em 1935 foi criada a Universidade do Distrito Federal que, no entanto, teve vida curta, sendo dissolvida durante o Estado Novo em 1939, e incorporada pela Universidade do Brasil, antiga Universidade do Rio de Janeiro. Surge em 1940, as Faculdades Católicas no Rio de Janeiro, consideradas as primeiras universidades privadas do país, e que só foram reconhecidas pelo Estado em 1946, já que o Decreto 5.616/1928 praticamente vetava a criação desta modalidade de universidade, pois exigia-se, para sua criação uma lei estadual e a nomeação do reitor pelo Estado<sup>6</sup>.

Neste período cria-se a União Nacional dos Estudantes – UNE, observando que seu estatuto em nada coincidia com as propostas do então presidente Getúlio Vargas, pois defendia a universidade aberta a todos; diminuição das taxas de exame e matrícula; exercício da liberdade de pensamento, cátedra, imprensa e tribuna; e independência das universidades frente ao Estado. Devido às condições políticas da época, tal proposta não pode ser implementada, contudo serviu como base para uma crítica mais profunda na década de 60, bem como para organização dos estudantes contra o regime do Estado Novo, que mantinha relações diplomáticas com

<sup>4</sup>FAVERO, Maria de Lourdes, *ob.cit.*, p. 19-31

<sup>5</sup>CUNHA, Luiz Antônio. *Ob. Cit.* p. 162.

<sup>6</sup>CUNHA, Luiz Antônio. *Ob. Cit.*, p. 164-165

os países do Eixo Nazi-facistas<sup>7</sup>.

Com o fim do Estado Novo e a retomada do Estado de Direito, a constituição de 1946 reflete o processo de redemocratização do país, garantindo os direitos individuais de expressão, reunião e pensamento, apesar da organização educacional permanecer a mesma. Observando que a estrutura do ensino médio, dividida entre o ensino propedêutico - para as elites; e o ensino profissional - para a classe trabalhadora; de maneira discriminatória já definia quem seria conduzido ao ensino superior.

Com a volta de Getúlio Vargas ao poder (1950-1954), algumas medidas foram adotadas para equivalência dos cursos profissionais ao secundário, sendo tais medidas sedimentadas através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961. Com a expansão do ensino médio e, conseqüentemente, o aumento da demanda pelo ensino superior, ocorre uma maior responsabilidade do governo federal em relação à política de ensino superior, ensejando: - a criação de novas faculdades onde não as havia ou onde só existiam instituições privadas; a gratuidade dos cursos das instituições federais de ensino superior, mesmo a legislação prevendo a cobrança de taxas; e a “federalização” das faculdades estaduais e privadas, reunidas posteriormente, em universidades custeadas e controladas pelo MEC.<sup>8</sup>

Em síntese, o “populismo” governamental de Getúlio Vargas foi o grande responsável pela ampliação do ensino superior gratuito e

pela criação das universidades federais que hoje existem no país<sup>9</sup>. Já, no segmento militar, com a criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), que significava uma inovação acadêmica, posto seguir os padrões norte-americanos, demonstrou ser um instrumento à modernização do ensino superior, principalmente quando serviu de modelo à criação da Universidade de Brasília, que deveria significar o paradigma moderno, do ensino superior brasileiro. Ao contrário das demais universidades federais, organizadas sob regime autárquico, a universidade de Brasília foi criada sob o regime fundacional. Como Fundação de Direito Público, se esperava que a instituição pudesse se libertar das amarras do serviço público federal. Interessante observar que esse processo de modernização institucional foi apoiado por duas agências governamentais, o CNPq e a CAPES.<sup>10</sup>

Com o Golpe militar de 1964, todas as iniciativas para a independência e democratização das universidades brasileiras foram desativadas. E a bandeira da Reforma Universitária, defendida pelo Movimento Estudantil foi incorporada pelo Estado, mas de maneira desvirtuada. A tendência do controle privado do ensino público, que já podíamos observar com a aprovação da LDB de 1961, principalmente no substitutivo Lacerda de caráter liberal, vetando o monopólio do ensino pelo Estado e defendendo a iniciativa privada, são ampliadas pelo regime militar e sustentada até os dias atuais.

Observando que durante a ditadura militar a educação sofreu duas grandes reformas, a primeira em 1968 e a segunda em 1971, precedidas ambas de acordos entre o MEC e a Usaid (Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development) onde o Brasil receberia apoio técnico e financeiro para implementar as reformas. Sendo que tais reformas visavam atrelar o sistema educacional brasileiro ao modelo econômico dependente do interesse norte-americano, objetivando mudanças profundas na LDB.<sup>11</sup>

A Lei da Reforma Universitária, nº 5.540/68, baseada nos estudos do Relatório Atcon (Rudolph Atcon, teórico norte-americano). Acabava com a cátedra; unificava o vestibular, passando a ser classificatório; aglutinava as faculdades em universidade, visando uma maior produtividade com a concentração de recursos; cria o sistema de créditos, isto é a matrícula do aluno por disciplina; bem como a nomeação dos reitores e diretores de unidade, agora dividida em departamentos, dispensando a necessidade de ser tal dirigente do corpo docente da universidade, podendo ser qualquer pessoa de prestígio da vida pública ou empresarial.

O conjunto de tais medidas refletiu a intenção velada de criar um instrumento de controle e de disciplina sobre a comunidade estudantil, isto é, aos possíveis opositores do regime, a fim de garantir a ampliação da gestão de capital dos grupos hegemônicos que constituíram o apoio civil ao

<sup>8</sup>CUNHA. Luiz Antônio. Ob. Cit. p. 171

<sup>9</sup>Foram 39 as universidades e as faculdades estaduais ou privadas contempladas com recursos do governo federal, para cuja esfera de poder foram transferidas.

<sup>10</sup>CUNHA. Luiz Antônio. Ob. Cit. p.175

<sup>11</sup>CUNHA. Luiz Antônio. Ob. Cit. p.177.

golpe, nomeadamente alguns setores da burguesia nacional e grupos estrangeiros. Nesse contexto, a atitude do governo militar foi a inviabilização das iniciativas gestadas pela política nacional desenvolvimentista, em especial o projeto de Reforma Universitária, o Plano Nacional de Alfabetização e os núcleos de educação popular<sup>12</sup>. Por conseguinte procurou-se a formulação de uma nova ordem legal, isto é a “Teoria do Capital Humano”, que consagrava a subordinação das estruturas de ensino aos interesses dos círculos conservadores responsáveis pelo golpe, e o enfraquecimento do movimento estudantil.<sup>13</sup>

Os acordos MEC-USAID aglutinaram as vinculações essenciais que posteriormente informariam os caminhos a serem seguidos pelos responsáveis pela formulação da política educacional nacional para o ensino superior: a racionalização do ensino, a prioridade na formação técnica, o desprezo as Ciências Sociais e Humanas, a inspiração no modelo empresarial e o estabelecimento de um vínculo estreito entre formação acadêmica e produção industrial<sup>14</sup>.

Buscava-se, na realidade, a sujeição cultural necessária aos anseios de dominação ideológica contidos na política norte-americana, do período pós-segunda guerra, através da imputação dos “ideais empresariais do *“american way of life”*”, em todas as instâncias educacionais dos países periféricos<sup>15</sup>.

A lei nº 5692/71 completa o ciclo de reformas educacionais

geradas com o intuito de efetuar o ajustamento necessário da educação nacional à ruptura política orquestrada pelo movimento de 64. Com o objetivo de configurar uma conjuntura política caracterizada pelo ápice da ideologia do “Brasil-potência”, no qual o regime militar havia se consolidado, através de um discurso magnífico na exaltação do sucesso do seu projeto de manutenção do poder.

A partir dessa contextualização, observa-se que as duas reformas arquitetadas no período tiveram como objetivo o combate aos principais focos de resistência ao regime, e o atendimento das exigências do capital nacional associado. Dessa maneira, a Reforma Universitária, Lei nº 5.540/68, cumpriu a dupla função de promover o abrandamento da resistência estudantil ao regime, e o estabelecimento de uma junção entre produção e formação universitária.

Apesar de todos esses danos da ditadura militar (1964-82), causados à universidade brasileira, não é possível deixar de levar em conta o fato de que foi nesse período que o processo tardio de formação da universidade brasileira recebeu o maior impulso<sup>16</sup>. Para tanto é preciso considerar os efeitos contraditórios que o regime autoritário provocou nas instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica. De um lado, professores e pesquisadores experientes foram compulsoriamente aposentados; docentes jovens foram impedidos

de ingressar e, ou de progredir na carreira; reitores foram demitidos e, para o seu lugar, foram nomeados interventores; a autonomia administrativa e financeira, já tão reduzida, foi ainda mais restringida; estendeu-se inclusive o controle policial aos currículos, aos programas das disciplinas e até das bibliografias dos planos de ensino.

De outro lado, no entanto, uma aliança tácita entre docentes e pesquisadores experientes fez com que as agências de fomento ampliassem em muito, os recursos destinados a pós-graduação; novos prédios foram construídos nos campi e laboratórios foram equipados; a profissão docente foi institucionalizada mediante o regime de tempo integral e de dedicação exclusiva; e as instituições públicas de ensino superior ampliaram expressivamente o número de estudantes nelas matriculados<sup>17</sup>.

Ao mesmo tempo em que as universidades públicas consagravam-se como a forma de organização por excelência do ensino superior. As afinidades políticas entre os governos militares e os dirigentes de instituições privadas do ensino superior fizeram com que o Conselho Federal de Educação assumisse uma feição crescentemente privatista. Assim, no momento em que a reforma do ensino superior proclamava sua preferência pela universidade como forma própria de organização do ensino superior, o Conselho Federal de Educação, já se empenhava em propiciar a aceleração do

<sup>12</sup>RIBEIRO. *Maria Luisa*. Ob. Cit. p. 78

<sup>13</sup>FRIGOTTO, *Gaudêncio*. Ob. Cit. p. 123

<sup>14</sup>ROMANELLI, *Otaíza*. Ob. Cit. p. 82

<sup>15</sup>SANTOS e AZEVEDO. Ob. cit. p. 04

<sup>16</sup>CUNHA. *Luiz Antônio*. Ob. Cit. p. 178

<sup>17</sup>CUNHA. *Luiz Antônio*. Ob. Cit. p. 179.

crescimento dos estabelecimentos privados, que eram na sua maioria isolados, contrariando a lei recentemente promulgada.<sup>18</sup>

Com o fim do “milagre econômico brasileiro” (1967-73) e a conseqüente emergência da crise dos anos 80 ocorreu a hegemonia, no âmbito do MEC e da direção das universidades públicas, No bojo do processo da reforma universitária, as universidades brasileiras lograram instituir um novo segmento no sistema de ensino e de pesquisa — os programas de pós-graduação — inspirados no modelo norte-americano. Assim, a pós-graduação e a pesquisa, articuladas a carreira docente, produziram uma mudança qualitativa do magistério universitário, não só nas universidades federais como também, nas estaduais e nas privadas.

A década de 80, trás um elemento de profunda relevância ao amadurecimento e relativa autonomia a que estava chegando o ensino superior. A democratização da gestão universitária, isto é a prática de consultas a comunidade universitária para a elaboração das listas de candidatos a Reitor, o que ensejou muitas distorções tanto do lado dos eleitores quanto do lado dos candidatos, sem esquecer os conflitos freqüentemente advindos da falta de respaldo jurídico da consulta às listas de nomes formalmente encaminhadas a Presidência da República ou ao Ministério da Educação, por delegação, e que nem sempre correspondiam a votação obtida pelos candidatos, ocorrendo freqüentemente a substituição total ou parcial dos indicados. No

entanto, somente em dezembro de 1995, através da Lei 9.192, legaliza-se o procedimento das consultas à comunidade acadêmica e o procedimento de votação de Reitor das Universidades.<sup>19</sup>

Desde Janeiro de 1995, o governo federal empreende uma intensa atividade reformadora no campo educacional, em todos os níveis e modalidades e em especial no Ensino Superior. Para isso, foi emendada a Constituição, promulgada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e baixadas leis e decretos sobre os mais diversos aspectos educacionais. Inclusive, foram definidas na Constituição de 1988, as Universidades como instituições onde ensino, pesquisa e extensão se desenvolvem de maneira indissociada<sup>20</sup>.

Coerentemente com os processos em curso, de reforma da educação, no âmbito Estatal, objetivando a redução da responsabilidade do Estado, no campo do ensino superior, as mudanças apresentadas permitem prever o deslocamento da fronteira entre o setor público e o setor privado.<sup>21</sup> De um lado, verifica-se a redução do controle governamental sobre as universidades federais, além da indução para que passem a buscar no mercado parcelas crescentes de seus orçamentos, isto é, cada vez mais observa-se o incentivo do Estado para que as Universidades públicas busquem realizar contratos através das parcerias público-privado, as chamadas PPPs. Tal reforma educacional sedimentada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) à Educação Nacional e do Plano Nacional de Edu-

cação (PNE), apresenta-se numa perspectiva de dar forma às políticas neoliberais, caracterizadas principalmente pela privatização, entendendo esta, como a entrada desenfreada de recursos não-públicos para manter as atividades próprias da universidade federais.

Como conseqüência dessa política educacional, principalmente no período do Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Ensino Superior sofreu o impacto do sucateamento das universidades públicas, advindos dos cortes de verbas, a não abertura de concursos públicos para professores e funcionários técnico-administrativos, assim como a continuidade da expansão do ensino superior privado e das matrículas delas decorrentes, bem como a destinação de verba pública para as faculdades particulares, e mais, a ausência de uma política efetiva de assistência estudantil. Os efeitos sociais provocados por estas e outras reformas, como se demonstrará logo abaixo, impostos pelos agentes financeiros internacionais para proteger interesses econômicos, são brutais e perversos.

Na consagração da implantação de tais ajustes, o então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, pronunciou-se no ano de 1996, sobre os três pilares de sua política para reforma Universitária, que trazem em si as “recomendações” do Banco Mundial, que são : avaliação Institucional e Exame Nacional de Cursos (Provão); a “autonomia universitária”; e a melhoria do ensino através do programa de gratificação e estímulo à docência. Pontos estes que fortificam a consolidação do

<sup>18</sup>CUNHA. Luiz Antônio. Ob. Cit.p.179.

<sup>19</sup>CUNHA. Luiz Antônio. Ob. Cit.p.193.

<sup>20</sup>Constituição da República Federativa do Brasil, art. 207. Ob. Cit.

<sup>21</sup>CUNHA. Luiz Antônio. Ob. Cit.p.197.

projeto neoliberal que tem a sua maior expressão nas propostas apresentadas para “autonomia universitária”, que em resumo consolidam a intenção de privatização da universidade pública brasileira, descomprometendo o Estado de sua obrigação institucional.

Vivencia-se um verdadeiro desmonte da universidade pública brasileira, com investimentos cada vez menores do Estado no campo da educação superior pública. Como consequência, acelera-se a expansão do processo de privatização do sistema de ensino superior, com a inserção das universidades, inclusive as públicas, na lógica do capital. Mercantilizase o sentido da formação universitária, da pesquisa e da extensão.<sup>22</sup> A formação, transformada em treinamento, volta-se cada vez mais estritamente para o mercado de trabalho, perdendo o sentido de formação integral do homem para a vida e para a construção da cidadania participativa.

Essa política educacional para o ensino superior, gestada e implementada na década de 90 ainda prossegue, encontrando-se vinculada a outras reformas que estão em ebulição : a Estatal, Previdenciária, Trabalhista e Sindical, objetivando melhor adequar essa nova contextualização à “nova” política educacional. São elas: a proliferação das instituições privadas de ensino; ofertas do ensino superior, regida basicamente pela demanda do mercado; diminuição do financiamento estatal para as universidades públicas; incremento das receitas das universidades públicas através da contribuição estudantil bem como

a venda de serviços através de contratos de parcerias públicos privados (PPPs); desenvolvimento das assistências técnicas (consultorias) como nova função acadêmica objetivando vincular a universidade pública a setores produtivos na busca da captação de recursos privados; e ainda, a não abertura de concurso público para contratação de professores e servidores das universidades públicas, flexibilizando as formas de contratação através de contrato temporário e mesmo da CLT.<sup>23</sup>

O impressionante é que a política educacional do atual governo, Governo Lula, pouco difere do modelo de FHC. é preciso lembrar ainda que a reforma universitária nos moldes propostos pelos organismos internacionais e pelo Governo Federal, ainda não foi implementada na sua totalidade, devido à ação dos movimentos sociais organizados de estudantes, professores e técnicos.

Tais conclusões são tiradas, a partir da análise do documento apresentado pelo Grupo de Trabalho Interministerial, constituído pelo Decreto de 20/10/2003, que mantém a perspectiva reducionista de autonomia financeira, desrespeitando o artigo 207 de Constituição Federal, e que legitima as fundações privadas nas universidades, e a diminuição dos recursos públicos via orçamento do Estado para as Universidades Públicas bem como a ampliação das parcerias e convênios com as instituições privadas, além de propor um “Pacto da Educação Superior para o Desenvolvimento Inclusivo”, semelhante à proposta de contrato de gestão do governo FHC.

As ações e propostas do Governo Lula, demonstram tal assertiva, quando : legaliza as fundações privadas nas universidades, através da sua regulamentação - Decreto nº 5.205/2004; o estímulo às universidades públicas para a ampliação das parcerias e convênios com as instituições privadas; o projeto de lei de Inovação Tecnológica que repassa a responsabilidade de produção de conhecimento para o setor privado; o Programa Universidade para Todos – ProUni, que regulamenta a “compra” das vagas ociosas nas universidades particulares, destinando desta forma verba pública para salvar os empresários deste setor; e o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, lei nº 10.861/2004, que pouco difere do antigo “Provão”, mantendo a utilização de critérios burocráticos de ranqueamento dos cursos.

## ***II. O Banco Mundial - sua significação “interventiva” na Política Educacional dos países em desenvolvimento e em especial na política do ensino superior do Brasil.***

O Banco Mundial é uma agência do sistema das Nações Unidas, fundada em 1 de julho de 1944, por uma conferência de representantes de 44 governos em Bretton Woods, New Hampshire, EUA, e que tinha como missão inicial financiar a reconstrução dos países devastados durante a Segunda Grande Guerra, atualmente sua missão é a luta contra a “pobreza” através de financiamento e empréstimos aos países em desenvolvimento. Seu financiamento é ga-

<sup>22</sup>PAULA. Maria de Fátima de. Ob. Cit. p. 134.

<sup>23</sup>FIGUEIREDO. Érika Suruagy. Ob. Cit. p.06.

rantido por quotizações definidas e reguladas pelos países membros é composto por 184 países membros e a sede do Banco Mundial fica em Washington, EUA. A quota de participação dos países é : Estados Unidos : 16,39%; Japão : 7,86%; Alemanha : 4,49%; França : 4,30%; Reino Unido : 4,30%; e outros 179 países juntos quotizam : 62,66%, isto é menos de 3,0% cada. Observando também que o presidente do Banco Mundial é tradicionalmente um cidadão dos EUA., enquanto que o presidente do FMI. é tradicionalmente um europeu, e a nomeação do presidente do Banco Mundial pelo governo dos EUA., não é passível de discussão, e sua aceitação pelos outros países membros também não é requerida.<sup>24</sup>

O Banco Mundial no contexto do capitalismo internacional é visto como uma agência reguladora do capitalismo. E como banco é uma agência de empréstimos e não uma agência de doação. A distinção é clara, consagra-se como agência de empréstimos, para a promoção do desenvolvimento econômico através de investimentos de capital. A diferença entre este empréstimo e o empréstimo comercial bancário é que o empréstimo do Banco Mundial tem a garantia dos países envolvidos. E mais, o trabalho do Banco Mundial está intimamente ligado ao Fundo Monetário Internacional, posto que sem o aval do FMI, não é possível entrar em negociação com o Banco Mundial. Um segundo aspecto da política do Banco Mundial e de profunda

relevância é a abordagem dada ao conhecimento especializado que é pró-ativo e não reativo. Isto significa que o Banco Mundial inicia seus contatos com os países interessados no empréstimo, projetando um empréstimo específico - contatos que refletirão a ligação entre conhecimento e especialização, por um lado, e empréstimo financeiro por outro, premissas essas inseparáveis<sup>25</sup>.

As premissas analíticas do Banco Mundial podem ser categorizadas segundo a denominação de economia de fornecimento lateral<sup>26</sup>. Dois elementos condicionam, radicalmente a formulação da política pública : a privatização e a redução das despesas públicas<sup>27</sup>. Essas duas políticas são altamente compatíveis, e, de fato, a privatização pode ser considerada como uma importante estratégia para alcançar reduções nas despesas públicas.

A política de crédito do Banco Mundial, intitulada de cooperação, de assistência técnica e de ajuda financeira, se expressa, na verdade, em empréstimos do tipo convencional com os encargos do financiamento, taxa fixa média de 8% a.a., rigidez de regras, taxa de compromisso correspondente à cobrança de 0,75% a.a. sobre recursos ainda não retidos pelo tomador, pré-condições financeiras e políticas inerentes ao processo de financiamento comercial. Segundo essa política, os créditos concedidos à educação são frações de créditos econômicos e parte deles deve ser destinada aos projetos de educacionais apro-

vados segundo critérios do próprio Banco Mundial. Através dos ministérios e das secretarias de educação, os governos deliberam sobre a educação nacional, definindo seu sentido, finalidade, forma, conteúdos e imprimem a direção que possa legitimar o modelo econômico e político vigente.<sup>28</sup>

A partir de critérios estritamente econômicos, é sugerido pelas publicações do Banco Mundial que um ano adicional de educação primária produz maiores aumentos de rendimento que em graus mais altos do sistema educativo. Concluindo que a visão do Banco Mundial é de que o investimento maciço na educação básica conduz a melhores resultados, em termos do aumento do produto nacional bruto. Considerando-se é claro, que tal aumento do lucro do produto nacional considera que a principal fonte do país é um reservatório de trabalhadores flexíveis e baratos, ou seja mão de obra barata e desqualificada, que produzem serviços e produtos para exportação. O verdadeiro aumento do rendimento se dará não por esses trabalhadores, mas pelos consumidores dos produtos e serviços, localizados no mundo industrial.

Na realidade, o Banco Mundial reflete a política hegemônica de dominação do governo Norte Americano, e a influência dominante da política neoliberal para os países em desenvolvimento. Seria muita ingenuidade imaginar que a função do Banco Mundial e das organizações internacionais de crédito e assistência visasse

<sup>24</sup>SILVA. Maria Abádia da. Ob. Cit. p. 11.

<sup>25</sup>TORRES. Carlos Alberto. Ob. Cit. p. 17.

<sup>26</sup>*Distingue-se da escola radical, pragmática e neo-estrutural da ECLA. ou a normalização com cara humana promovida pela UNICEF e pela Sociedade para o Desenvolvimento Econômico Internacional condicionalidade exigida pelo Banco Mundial, o FMI. e a maioria das instituições identificadas pelo Consenso de Washington.*

<sup>27</sup>TORRES. Carlos Alberto. Ob. Cit. p. 18.

<sup>28</sup>SILVA. Maria Abádia da. Ob. Cit. p.12.

exclusivamente a contribuições técnicas. Há um forte componente político no Banco Mundial, que começou durante a Guerra Fria e se estende até hoje, dependente da diplomacia americana.<sup>29</sup> Historicamente o Banco Mundial tem refletido as ameaças, explícitas ou implícitas, do governo dos Estados Unidos às ideologias políticas de seus adversários, assim como os desejos da comunidade empresarial americana.

O documento publicado pelo Banco Mundial, “Educação Superior nos países em desenvolvimento: perigos e promessas”, em 2000 é revelador de sua estratégia. Tal documento busca associar-se à UNESCO, que sempre defendeu o financiamento público das universidades como “um investimento social de longo prazo” e mudar o discurso que influenciou fortemente os governos latino-americanos: a idéia de que a “prioridade” ao ensino primário se faz em detrimento do ensino superior apoiando-se na assertiva de que “o financiamento estatal das universidades é uma forma regressiva que favorece os grupos de renda elevada”.<sup>30</sup> A partir de uma contextualização mais abrangente observa-se que o Banco Mundial objetiva enfrentar e diluir a mobilização e aglutinação de forças de diversos grupos ligados ao ensino superior não alinhados com sua política.

A leitura do documento mostra que, apesar de algumas mudanças na linguagem e adesão a algumas teses da Unesco, o Banco Mun-

dial defende o estabelecimento de um sistema estratificado em termos de criação, acesso e disseminação do conhecimento. Países e indivíduos com renda superior deveriam produzir e ter acesso a conhecimento de alta qualidade, enquanto que os de baixa renda deveriam assimilar a produção.<sup>31</sup>

Isso faz-nos pensar, como afirmava Bourdieu que se “o intelectual é um personagem bi-dimensional, que, por um lado, existe e subsiste somente quando existe um mundo intelectual autônomo e, por outro, quando a autoridade específica que se elabora neste universo a favor da autonomia se compromete com as lutas políticas” Assim, a crise universitária na América Latina, bem como em países em desenvolvimento, tem dupla dimensão: as políticas neoliberais obstruem a possibilidade de constituição de um campo intelectual autônomo ao esvaziar, empobrecer e conduzir à decadência as universidades como espaço público de produção de conhecimentos socialmente relevantes<sup>32,33</sup>.

As políticas de privatização universitária não apenas têm impacto direto na discriminação dos alunos de menores recursos e na condição de precariedade do trabalho docente, mas também nas formas que assumem a produção intelectual e as perspectivas analíticas que tendem a se desenvolver, ou a silenciar-se, no meio acadêmico, promovendo severa interferência política na produção teórica.

A par dessas considerações, Armando Alcántara<sup>34</sup> esclarece-nos: “que sin embargo, la expansión, tanto pública como privada há sido desenfrenada, sin planeación y con frecuencia, caótica. Lo anterior há dado como resultado un deterioro en la calidad y una continua iniquidad entre regiones y países, así como un aumento en la oferta de educación superior con fines de lucro”.

O preocupante nessa situação é que de forma geral os documentos do Banco Mundial assinalam que “a educação é crucial para o crescimento econômico e a redução da pobreza” e em especial com referência a educação superior, elaboram-se propostas, fazem análises, sem sequer fazer menção à situação das sociedades às quais se dirige. A situação real, a exclusão, não interessa aos analistas. Fala-se da pobreza, no entanto nunca de suas causas<sup>35</sup>. E, quando se apresentam soluções, sobretudo na área financeira, não se busca saber se os remédios propostos, em lugar de curar o doente, não vão agravar a sua situação, aumentando as injustiças, o elitismo, a exclusão. Observando que antes de se decidir que tipo de universidade se pretende construir é fundamenta saber que tipo de sociedade se busca criar ou consolidar.

### III. Conclusões

Como se conclui, desde o período do Brasil colônia até os dias atuais a história da educação su-

<sup>29</sup>TORRES, Carlos Aberto. *Ob. Cit.* p. 20.

<sup>30</sup>TRINDADE, Hégio. *Ob. Cit.* p. 32.

<sup>31</sup>TRINDADE, Hégio. *Ob. Cit.* p.34.

<sup>32</sup>GENTILI, Pablo. *Ob. Cit.*p.112.

<sup>33</sup>Nesse sentido, dita-nos Schugurensky “En la mayoría de los casos la reestructuración universitária no surge de una deliberación democrática entre los distintos actores, sino por presiones externas que emanan de procesos socioeconómicos y políticos, como la globalización económica, el desmantelamiento del estado benefactor y la cada vez mayor comercialización del conocimiento”.

<sup>34</sup>ALCANTARA, Armando. *Ob. Cit.* p. 15-16.

<sup>35</sup>DIAS, Marco A.Rodrigues. *Ob. Cit.* p. 898.



perior no Brasil sempre foi pautada pela submissão aos ditames governamentais, na realidade pouco ou quase nada, a educação superior teve de autonomia, no sentido de ditar de forma independente sua política educacional, esteve sempre atrelada ao comando “ditatorial” do Estado.

Portanto, não se há de estranhar a razão da quase submissão do Ensino Superior à política implantada pelos governos, FHC. e Lula, que encontram no Banco Mundial e nas Instituições de fomento externa, justificadores da política educacional superior para a privatização cada vez maior do ensino superior e conseqüente sucateamento do ensino público.

O Banco Mundial configura-se como importante interlocutor da agenda brasileira, no campo educacional, revigorando sua atuação no país a partir da década de 80, difundindo a orientação à articulação entre educação e produção do conhecimento, através do binômio privatização e mercantilização da educação.

Das orientações gerais do Banco Mundial é possível depreender a prescrição de políticas educacionais que induzem as reformas do ideal neoliberal, cuja ótica de racionalização do campo educativo deve acompanhar a ótica do campo econômico. Tais alterações provocadas pelas políticas educacionais no Brasil não podem ser compreendidas sem o entendimento das contingências históricas e econômicas que balizam sua história.

Com efeito, o mundo está atravessando um período de grande e rápido desenvolvimento, com importantes avanços na ciência e tecnologia, e que traduzem enormes possibilidades para as pesso-

as, porém de um modo perversamente desigual e difuso.

Não será mais a sociedade, através do Estado que garantirá a todos os seus cidadãos o direito à cultura, mas os indivíduos que devem capitalizar recursos privados aos quais a sociedade garantirá um rendimento futuro. Essa privatização afeta tanto os saberes e as instituições, cuja função seria justamente a de transmitir valores e conhecimentos, quanto o próprio laço social. Na realidade entendemos que o único objetivo da idéia de autonomia patenteada nas orientações do Banco Mundial é o de garantir o serviço dos interesses particulares.

#### Referências bibliográficas

ARANHA, Maria Lúcia de A. História da Educação. São Paulo:Moderna, 1996.

ALCANTARA, Armando. Tendências mundiales en la educación superior. E papel de los organismos multilaterales. Firgoa. Universidade pública-espazo comunitário(<http://firgoa.usc.es/drupal/nodel/1074>)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRASIL. LEI Nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1968.

BRASIL. LEI Nº 5.692, de 11 de

agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1971.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Coleção Saraiva de Legislação. Editora Saraiva. SP. – 40ª. Edição, 2007

CUNHA. Luiz Antônio. A Universidade Temporã O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1980.

DIAS, Marco Antonio Rodrigues. Dez Anos de Antagonismo nas Políticas sobre Ensino Superior em Nível Internacional. Revista Educação Sociedade, Campinas SP., vol. 25, n. 88 – Out. 2004.

FAVERO. Maria de Lourdes. Universidade do Brasil das Origens à Construção. Rio de Janeiro : Editora UFRJ., 2000.

FIGUEIREDO. Érika Suruagy A.de. Reforma do Ensino Superior no Brasil. Revista da UFG.- Goiânia – GO. – Ano VII, dez.2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis, Vozes, 1998.

GENTILI. Pablo. A Universidade na Penumbra. O Circulo Vicioso da Precariedade e a Privatização do Espaço Público. In Gentili, P. (Org.) Universidades na Penumbra. São Paulo, SP. Cortez editora. 2001.

- PAULA, Maria de Fátima de. As Propostas de Democratização do Acesso ao Ensino Superior do Governo Lula. Reflexões para debate. Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas – SP. V. 11 n.01 – mar.2006.
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. Campinas, Autores Associados, 1993.
- ROMANELLI, Otaíza. História da Educação no Brasil. Rio de Janeiro, Vozes, 1978.
- SANTOS, Eder Fernando e AZEVEDO, Mário Luiz Neves. O ensino superior no Brasil e os acordos MEC/USAID: uma contribuição ao estudo do intervencionismo norte-americano na educação brasileira. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 2003,
- SILVA, Maria Abadia da. Intervenção e Consentimento – a política educacional do Banco Mundial. Campinas, SP. Autores Associados, 2002.
- SCHUGURENSKY, Daniel. La Reestructuración de la educación superior em la era de la globalización: Hacia un modelo heterônimo. In : Alcântara, A. Pozas, R. y Torres, C. Educacion, democracia y desarrollo em el fin de siglo. México : Siglo XXI Editores, 1998.
- TORRES. Carlos Alberto. Conhecimento Especializado, apoios externos e reforma educativa na época do neoliberalismo. Um enfoque no Banco Mundial e na questão das responsabilidades morais na reforma educacional no Terceiro Mundo. Revista Lusófona de Educação. 2005.05 – Lisboa – Portugal.
- TRINDADE. Hégio. As Metáforas da Crise da “Universidade em Ruínas” às “Universidades na Penumbra” na América Latina. In Gentili. P. – Universidade na Penumbra. São Paulo, Cortez Editora. 2001.